

Semiárido: da seca à convivência, da história à esperança , da esperança à luta contra a ameaça da desertificação

José Jonas Duarte da Costa

Quando a terra adoece, adoece também o povo

A desertificação é o processo em que a terra que vai perdendo a força, nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas. É fruto do clima severo, mas também da ação humana. No Semiárido brasileiro, esse drama se agrava com a herança pesada de desigualdades históricas, sociais e econômicas, que ainda hoje marcam a vida de milhões de pessoas.

Enfrentar a desertificação e aprender a conviver com o Semiárido pede antes de tudo olhar para trás. A história mostra como a terra foi tomada, explorada e usada de forma desigual. Essas práticas deixaram cicatrizes profundas, que ainda hoje se revelam nas vulnerabilidades sociais e ambientais do presente.

Da história à desertificação: raízes da desigualdade no Semiárido

A formação histórica do Brasil não foi uniforme: cada região seguiu seu caminho, entrelaçado mas desigual. Mesmo dentro de uma mesma região, como o Nordeste, as histórias se bifurcam. O litoral viveu um processo, o interior outro, ainda que a narrativa oficial os reúna sob o mesmo nome. Essa diversidade, muitas vezes apagada, é parte fundamental da integração do Nordeste à história brasileira.

Os sertões secos do Nordeste guardam algumas das marcas mais antigas de ocupação humana nas Américas. As escavações da Serra da Capivara, no Piauí, reveladas ao mundo pela pesquisadora Niède Guidon, comprovam que há mais de 60 mil anos já havia gente habitando essas terras. Povos que ocuparam serras, rios e baixios, deixando impressa no Semiárido a memória de uma presença tão antiga quanto a própria paisagem.

Esses povos originários tiveram séculos de experiência e a sabedoria necessária para aprender a viver em harmonia com o clima semiárido, senhor do interior nordestino. Transformaram limites em caminhos e fizeram do Semiárido um lugar possível antes mesmo da chegada dos colonizadores.

A chegada dos europeus mudou drasticamente a vida desses povos, abalando sua organização social, econômica e cultural. Seguiram-se décadas de resistência e luta pelo domínio das terras. No fim, falaram mais alto as armas e a violência do colonizador, que reduziu drasticamente a população indígena, vista pelos europeus como “bárbara”. Foi aqui que se registrou, talvez, o mais violento processo de tomada de terras e imposição da lei colonial no Brasil — episódio narrado em detalhes pelo historiador Pedro Puntoni no livro “A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil”.

A história de dominação dos sertões semiáridos pode ser contada em três grandes capítulos. O primeiro vai do modelo agroexportador à fase da substituição de importações, quando a terra e a produção serviam mais aos interesses de fora do que aos de dentro. O segundo é a inserção do Nordeste — e do Semiárido — na industrialização nacional, sempre de forma associada e dependente. E o terceiro marca a virada: a transição do velho paradigma de “combate às secas” para o da convivência com o Semiárido.

Sesmarias, latifúndios e a indústria da seca

A conquista das terras semiáridas do interior do Nordeste foi escrita com sangue, sequestros e violência contra os povos originários. Aos amigos do Rei, depois do Imperador e mais tarde da República, entregavam-se sesmarias como prêmio aos que se dispusessem a “desbravar” territórios que a Coroa chamava de improdutivos. Na prática, eram doações feitas para subjugar, escravizar ou eliminar os povos da terra e para produzir o que o mercado internacional exigia.

Nos imensos latifúndios de léguas e léguas criados pela Coroa Portuguesa, um simples papel cartorial dava ao sesmeiro o direito de matar ou escravizar indígenas para tomar suas terras. Assim nasceram as primeiras fazendas de gado no interior nordestino. A velha Lei de Sesmarias, de 1375 em Portugal, atravessou o Atlântico para plantar aqui o latifúndio improdutivo e expulsar os verdadeiros donos da terra.

A tragédia na formação das famílias

Esses sesmeiros e seus capatazes portugueses sequestravam meninas indígenas, violentavam e com elas constituíam famílias. Nossa genealogia carrega, obrigatoriamente, essa tragédia social: o estupro de indígenas e de africanas na base da formação social. Radicalizando, pode-se dizer que não há, no Nordeste, família que não traga em sua origem uma indígena “pegada a dente de cachorro” para formar família com o colonizador. O gado entra pelo interior, trazendo consigo a concentração fundiária, a escravização de povos originários e africanos e a violência do fazendeiro — moldando uma sociedade miscigenada, mas marcada pelo trauma.

Ouro branco: o ciclo do algodão

Com a Guerra de Secessão nos EUA (1861–1865), as terras semiáridas do Nordeste foram convocadas a produzir o algodão que o Sul norte-americano não podia mais oferecer. O interior foi rasgado por trilhos de ferro, puxando gente da costa para plantar o “Ouro Branco” destinado à Europa e a outras regiões do Brasil.

A estrutura fundiária permaneceu intacta e as relações de trabalho quase não mudaram, predominando formas pré-capitalistas como a Meia, a Terça, a Conga e a Sorte. Os barracões dos fazendeiros se espalhavam sertão adentro, mantendo os trabalhadores presos às dívidas eternas e impagáveis. Nesse contexto, o Semiárido foi sendo engolido pela lógica da expansão capitalista internacional, já dominada por monopólios industriais e pelo imperialismo das nações centrais.

Com o fim da escravização legal no final do século XIX, os trabalhadores libertos não receberam terras nem indenização para se sustentar. Tornaram-se, em todo o Nordeste, mão de obra sobrando, à mercê dos grandes fazendeiros. A estrutura social manteve relações de trabalho próximas da servidão feudal — ou mesmo da tradição escravocrata. A cultura do algodão reforçou a figura do morador: um trabalhador semiescravo, pago apenas com moradia e alimentação.

Se no Sul e Sudeste o Império — e depois a República — aplicou a política de branqueamento, trazendo imigrantes europeus para relações assalariadas e até doando terras, no Nordeste ocorreu o contrário. Ali, as relações de trabalho permaneceram pré-capitalistas, sem circulação monetária, presas à lógica de um modelo agroexportador puro: exportação de produtos primários e das riquezas locais, sem chance de desenvolvimento industrial.

Sob essa lógica, formou-se no Semiárido uma economia frágil diante do clima e submetida a um jogo econômico nacional e internacional perverso. Apenas os grandes fazendeiros colhiam os frutos, enquanto a maioria ficava com baixíssimas remunerações e condições de vida miseráveis.

A engrenagem da indústria da seca

Foi nesse período que nasceu a chamada Indústria da Seca: o uso da vulnerabilidade climática como justificativa para drenar recursos da União e sustentar a velha estrutura arcaica, semifeudal, semiescrava. Nesse contexto floresceu o paradigma do “Combate às Secas”, que nada mais era do que o motor dessa engrenagem.

Importa destacar que, sob essa lógica, prevalecia o determinismo geográfico como explicação das condições sociais e econômicas. Esquecia-se — ou escondia-se — o processo histórico desigual, erguido sobre a superexploração do trabalho e sobre a ausência do Estado em corrigir a concentração fundiária e as injustiças sociais. No discurso oficial, a culpa recaía sempre no clima, na terra e, muitas vezes, no próprio povo, acusado de indolência e incapacidade de desenvolver o território.

Assim, a estrutura socioeconômica e a narrativa dominante se alimentavam mutuamente, garantindo a persistência desse modelo excludente.

Nordeste: periferia de um Brasil industrializado

Durante todo o período em que o Brasil viveu sob o modelo primário-exportador, as desigualdades regionais só aumentaram. No Sul e Sudeste, a política de branqueamento

trouxe imigrantes europeus para a terra, formando cinturões verdes de pequena produção agrícola. Essa base gerou circulação monetária e abriu caminho para uma indústria nacional ainda embrionária. Símbolo desse processo é São Paulo, cidade e estado, como mostra a obra de Wilson Cano.

Esse é um ponto-chave para entender a história econômica do Nordeste. Nos territórios semiáridos, a manutenção de enormes latifúndios com relações de trabalho quase não remuneradas manteve a região num estágio de desenvolvimento pré-capitalista, sem recursos e sem perspectivas de industrialização.

Ao mesmo tempo, oligarquias poderosíssimas sustentavam-se na estrutura fundiária obsoleta, articulando-se com o poder central para manter o domínio econômico e político da região. Em outras palavras: a terra sustentava a política, e a política garantia a terra. Assim, o Nordeste arcaico, controlado por latifundiários, acabou servindo ao processo de industrialização do Centro-Sul, fornecendo mão de obra barata, expulsa pela fome e pela miséria criadas por essa estrutura. Esse quadro se agravou ainda mais com o novo impulso industrial brasileiro a partir de 1954/55.

O projeto de Vargas e a burguesia associada

A vitória do Movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, marcou um rearranjo entre as forças políticas em ascensão e as velhas oligarquias. De um lado, a nascente burguesia industrial e o setor urbano-liberal que crescia desde os anos 1920, sobretudo no Rio e em São Paulo. De outro, uma burguesia urbana — especialmente paulista — profundamente ligada ao capital inglês, fruto das alianças do baronato do café com a indústria britânica. Esse processo é bem analisado nos estudos do sociólogo Florestan Fernandes em seu livro “A revolução burguesa no Brasil”.

O projeto de Getúlio Vargas entrou em choque com o da burguesia que, cada vez mais, se aliava ao capital internacional — de forma dependente. Ao longo de seus governos, Getúlio criou a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, o BNDE e o CNPq, tentando erguer as bases de uma indústria nacional autônoma e capaz de sustentar o desenvolvimento soberano do país. Já a burguesia brasileira fortalecia seus vínculos com capitais estrangeiros — britânicos, alemães, estadunidenses — e moldava outro projeto de

desenvolvimento, associado e dependente. O confronto entre esses caminhos culminou na derrubada e no suicídio de Vargas. Pouco depois, a ala vinculada ao capital internacional consagrou sua vitória com a Instrução 113 da SUMOC, em fevereiro de 1955, abrindo as portas para a enxurrada de investimentos estrangeiros que aceleraram a industrialização brasileira.

A enxurrada do capital internacional

Os investimentos industriais dos monopólios internacionais chegaram ao Brasil em enxurrada, concentrados sobretudo na indústria de bens de consumo duráveis e no Centro-Sul. Enquanto isso, o Nordeste — e especialmente seu Semiárido — permanecia sob o domínio das oligarquias rurais, preso a estruturas econômicas primárias como o algodão, o sisal e o gado. Esse contraste aprofundou as desigualdades regionais e acabou forjando uma identidade própria: o Nordeste, o sertão nordestino.

Logo surgiram vozes na Sociologia dizendo que havia dois Brasis: um desenvolvido, outro atrasado. Como se não conversassem entre si. Mas a verdade era o oposto. Como mostrou o sociólogo Francisco de Oliveira, o Nordeste — economicamente e industrialmente atrasado — era parte decisiva do processo de industrialização dependente do Centro-Sul, alimentando-o com sua força e sua pobreza.

A migração em massa de nordestinos

O Nordeste — especialmente seu Semiárido — afogado em estruturas arcaicas e dominado por latifundiários de mentalidade quase medieval, só via o Estado aparecer para “acudir” os rebanhos dos fazendeiros. A população trabalhadora ficava à margem: sem escola, sem saúde, com rendas miseráveis. Assim, a migração em massa se tornava inevitável. Levas de sertanejos tomavam as estradas rumo ao Rio e a São Paulo, para servir como mão de obra barata na engrenagem do capitalismo “moderno” que o Brasil dependente alimentava.

É importante notar que no Nordeste e em seu interior majoritariamente semiárido, a modernização econômica do país também trouxe fortes impactos às estruturas produtivas —

impactos que se tornaram determinantes no próprio processo de desertificação que aqui abordamos.

No pós-2ª Guerra Mundial, o Nordeste ganhou uma série de órgãos criados especificamente para o seu desenvolvimento. Em 1945, o IFOCS foi transformado no DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Em 1948 nasceu a CHESF — Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Em 1952 foi criado o BNB — Banco do Nordeste do Brasil. E, em 1959, surgiu a SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, sob a inspiração desenvolvimentista de Celso Furtado. Já em 1974, durante a ditadura militar, foi criada a CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, dentro dos planos nacionais de Geisel.

Todos esses órgãos despejaram sobre o Nordeste — sobretudo no Semiárido — projetos e políticas públicas voltadas ao seu “desenvolvimento” e à sua “modernização”. Muitos deles foram liderados pela SUDENE e pelo BNB, em parceria com fundos como o FINOR — extinto em 2001 — e o FNDE, criado em 1964, no governo Castelo Branco.

Entre esses projetos, destacam-se:

- **PROTERRA** (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) – 1971;
- **POLONORDESTE** (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Polos Industriais e Agroindustriais do Nordeste) – 1974;
- **PROHIDRO** (Programa de Aproveitamento Hidroagrícola e de Infraestrutura de Irrigação) – 1985;
- **Projeto Sertanejo** – 1993;
- **PAPP** (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) – 1995.

Como mostra a tese do historiador José Jonas Duarte da Costa, a maioria desses projetos partia de uma visão distorcida do Semiárido, que desprezava suas condições edafoclimáticas e o bioma predominante, a Caatinga. O resultado foi que muitos financiamentos públicos exigiam, como parte do pacote, a substituição da vegetação nativa. Um exemplo emblemático foi o **Projeto de Reflorestamento do Semiárido com Algaroba**, oferecido a “fundo perdido” e voltado prioritariamente a propriedades acima de 500 hectares

— desde que tivessem ao menos 200 hectares totalmente limpos de qualquer vestígio de Caatinga. Administrado pelo DNOCS, o projeto recebeu ainda a “validação científica” do IBDF (atual IBAMA) e da EMBRAPA.

Na mesma tese, o autor mostra que, em praticamente todos os financiamentos agrícolas do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste voltados ao sertão (hoje reconhecido como Semiárido), havia uma cláusula de “Investimentos para Beneficiamento”. Na prática, essa expressão era interpretada por agentes financeiros, técnicos de assistência e até pelos próprios beneficiários como autorização para desmatamento. Muitas vezes, os projetos já vinham prontos das empresas de consultoria indicando a área a ser derrubada e os recursos para isso. Sem dúvidas, essa exigência se tornou uma das principais causas do desmatamento da Caatinga nos sertões semiáridos.

Outro ponto ressaltado na mesma tese é o impacto socioambiental da substituição de sementes nativas por exóticas na agricultura do Semiárido. Um caso emblemático foi a troca do algodão arbóreo (Mocó, Seridó, Preto) pelo algodão herbáceo (Mata, Branco). O primeiro era uma cultura permanente, com ciclos que podiam durar décadas, permitindo o consórcio com milho, feijão, macaxeira, batata, melancia e outras lavouras temporárias. Já o herbáceo exigia plantio anual e monocultivo, em busca de uma produtividade que o Mocó não oferecia. Assim, ano após ano, novas áreas eram abertas, intensificando o desmatamento da Caatinga.

Por fim, a tese destaca também o avanço da pecuária bovina, que passou a enxergar o Semiárido e a Caatinga como obstáculos naturais à sua expansão — visão que se tornou um dos motores do desmatamento e da desertificação. Dois pontos se sobressaem:

1. O consórcio com a palma forrageira, plantada em monocultivos, que exigia o desmatamento completo de vastas áreas de Caatinga;
2. A concepção de que o desmate era condição básica para formar pastagens de gramíneas destinadas ao gado de leite ou de corte.

Assim se consolidou, na pecuária local, uma verdadeira cultura do desmatamento.

Do combate às secas à convivência com o Semiárido

A seca de 1877–1879 foi uma catástrofe: mais de 500 mil mortos de fome e sede no Nordeste. O drama alarmou o Império brasileiro e consolidou a ideia de que o grande problema das terras secas era apenas o clima. Outras secas vieram, outras tragédias se repetiram, e as políticas públicas pouco enfrentaram o drama humano. Enquanto se apontava o dedo para o clima, escondia-se a estrutura socioeconômica cruel que condenava milhões à fome e à miséria, ao mesmo tempo em que enriquecia um punhado de oligarcas com privilégios opulentos.

Secas e desigualdades

A seca, em si, era a mesma para todos. Mas seus efeitos variavam brutalmente entre os diferentes estratos sociais do sertão. Para os latifundiários, a preocupação era salvar os rebanhos de bovinos, caprinos ou ovinos. Já para a imensa maioria — sem terra, sem moradia, sem renda, sem água, educação ou saúde — a seca significava a perda da própria vida ou a fuga desesperada em busca de sobrevivência.

Ora, se o clima não podia ser mudado — ao menos no curto prazo —, o caminho óbvio seria transformar a estrutura econômica da sociedade para preparar todos a enfrentar as estiagens. Mas essa nunca foi uma opção para a elite local, que lutava com unhas e dentes para manter seus privilégios. Privilégios que, aliás, dependiam da miséria em que vivia a maioria do povo nordestino.

As elites locais sabiam transformar seu poder econômico em força política diante da União. Na prática histórica, as políticas públicas de “Combate às Secas” acabaram reforçando o domínio das oligarquias, enquanto a população trabalhadora seguia sem terra, sem trabalho e sem alternativa — obrigada a vender sua força de trabalho por preços vis, quase como semiescravos dos poderosos da região.

A sociedade sertaneja se organizava em torno de três figuras: o fazendeiro, dono da grande propriedade; os moradores, que viviam em casas cedidas nas terras do patrão; e os camponeses minifundiários, que, na circulação das mercadorias, acabavam também submetidos ao fazendeiro — muitas vezes o próprio comerciante local. Esse controle se dava pelo **barracão**, onde o patrão vendia mantimentos e aprisionava os trabalhadores em dívidas impagáveis. Essa estrutura social, base da fome e da miséria do povo, foi denunciada por

vários intelectuais, entre eles Vitor Nunes Leal⁷ e Josué de Castro, especialmente nos livros “Coronelismo, enxada e voto” e “Geografia da Fome”, respectivamente⁸.

“Sem enfrentar a concentração de terras, não se combate de verdade a fome no Nordeste”, alertava Josué de Castro. A seca, em vez de causa única, era o estopim que agravava e acentuava as imensas e imorais desigualdades sociais do sertão. O coronelismo, porém, bloqueava qualquer política estruturante no interior. A própria resistência à Sudene, idealizada pelo economista Celso Furtado em 1959, já mostrava a força das oligarquias contra qualquer mudança.

As políticas de combate às secas nunca tocavam na raiz dos problemas regionais: a estrutura fundiária concentrada e excludente.

O “combate às secas” virou sinônimo de canalizar recursos para as oligarquias. Quanto mais seca, mais dinheiro jorrava para reforçar o poder dos mesmos de sempre.

Isso começou a mudar na década de 1990, nos anos do neoliberalismo. Collor iniciou a onda ao privatizar bancos estaduais, e FHC a aprofundou, chegando a fechar órgãos como SUDENE, BNB, DNOCS e CODEVASF. As oligarquias nordestinas ficaram órfãs. Centenas de fazendas, acostumadas a rolar dívidas sem produzir quase nada — apenas servindo de passivo para sugar recursos subsidiados — viram-se “aperreadas” quando o neoliberalismo tucano passou a cobrar a conta.

Eis as contradições do sistema. Seguindo o receituário do Consenso de Washington, FHC promoveu um enxugamento do Estado que atingiu em cheio a “mamata” histórica das oligarquias nordestinas. Mas, claro, elas não saíram perdendo: renegociaram suas dívidas e transformaram propriedades falidas em assentamentos de Reforma Agrária.

Hoje, o Nordeste é, de longe, a região com mais assentamentos de Reforma Agrária — muitos frutos do “socorro” do então presidente Fernando Henrique Cardoso. FHC a seus aliados locais. No Semiárido, são mais de 2.600 assentamentos só do INCRA. Em sua maioria, terras degradadas, áreas difíceis, espaços abandonados. Ainda assim, carregam um potencial extraordinário e o desafio bonito de provar a força e a importância da Reforma Agrária, mesmo em condições adversas.

Esse mesmo Nordeste, apesar do peso das oligarquias arcaicas, abriga um povo de sabedoria e fibra para lutar. Não é preciso voltar às Ligas Camponesas, ao cangaço ou a

Canudos para lembrar disso. À sua maneira, o povo sempre resistiu. E um marco dessa resistência foi a grande seca de 1993 — a maior de todos os tempos.

A força do povo e a ocupação da SUDENE

Organizados pela CUT, por associações docentes das universidades, ONGs e sindicatos de trabalhadores rurais, e embalados pelo clima das mobilizações do Fora Collor e pelo entusiasmo com o governo Itamar Franco, centenas de sertanejos ocuparam a sede da SUDENE, em Recife.

Na época da grande seca, pesavam denúncias de corrupção contra Cássio Cunha Lima, então superintendente da SUDENE. Mas, mais do que isso, havia um cansaço profundo com as humilhantes frentes de emergência e com o descaso permanente em relação ao Semiárido. O saldo político da ocupação foi espetacular — e profundamente positivo.

Do seio da intelectualidade regional e dos movimentos populares começou a nascer uma nova forma de olhar o Semiárido. Retomavam-se as ideias de Guimarães Duque e Josué de Castro.

Surgiram grupos de discussão sobre o território Semiárido e grupos de estudo que se dividiam entre diferentes lentes: a marxista, a desenvolvimentista-furtadiana e até a neoliberal.

Nos grupos de estudo marxistas, ganhavam destaque obras como *Crítica à Razão Dualista* e *Elegia para uma Re(li)gião*¹, de Chico de Oliveira. Ali estavam as bases para compreender o Nordeste e sua inserção no capitalismo brasileiro e mundial.

O governo FHC nada fez pela região — apenas acomodou suas oligarquias.

Em 1999/2000, com Celso Furtado ainda em pleno vigor, celebraram-se os 40 anos da SUDENE. A ocasião foi marcada por uma profunda autocrítica e pela confissão de fracasso daquele grande esforço nacional. Ali, o desenvolvimentismo dos anos 1950 foi definitivamente enterrado — e o **Mito do Desenvolvimento** emergiu como a grande obra de Furtado.

¹ OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

O nascimento do paradigma da convivência

Na UFRN, o professor Roberto Marinho Almeida — doutor pela UnB — desenvolveu uma tese sobre a superação do paradigma do “Combate às Secas”. Num estudo profundo, de rigorosa metodologia crítica, ele lançou luz sobre o que viria a nortear as políticas públicas e o debate futuro: o **Paradigma da Convivência com o Semiárido**. Não como algo acomodado ou estático, mas como um chamado à ação. O novo paradigma impulsionava a sociedade civil a lutar por tecnologias, conhecimento científico e estruturas socioeconômicas capazes de viabilizar a vida com dignidade e sustentabilidade nas terras secas do Brasil. Assim, consolidava-se, nos movimentos e lutas populares, a ideia de convivência com o Semiárido.

Mas afinal: conviver com o Semiárido significaria conviver também com a pobreza, a miséria e a baixa produtividade? Em certo momento, alguns setores dos movimentos populares chegaram a exaltar a pobreza e o “atraso” econômico como parte da convivência. Uma visão que precisava — e ainda precisa — ser questionada e superada.

Sob uma visão crítica e ativa, a convivência com o clima e as condições do Semiárido só é possível dentro de uma dinâmica de transformação social: democratização da terra, acesso à educação, presença efetiva do Estado e, sobretudo, mudança nas relações de poder.

É preciso mudar quem detém o mando no Semiárido. Trabalhadores e trabalhadoras, camponeses, assalariados, mulheres e jovens precisam assumir o protagonismo desse território — especialmente em tempos de governos progressistas. As mudanças ocorridas nesse período não podem ficar restritas a obras físicas ou à gratidão social: precisam se transformar em conquistas de uma população consciente, mobilizada e dona do seu presente e do seu futuro.

O paradigma da Convivência com o Semiárido representa, de fato, a superação dialética do velho paradigma do Combate às Secas. Um conceito transversal, que atravessa todas as dimensões da vida no Semiárido.

Na economia, o paradigma da Convivência subverte a lógica do Combate às Secas. Enquanto este destinava recursos prioritariamente às oligarquias locais, a Convivência coloca no centro as classes trabalhadoras em suas múltiplas faces: agricultura familiar camponesa, assalariados e assalariadas, autônomos e autônomas. No campo social, valoriza a diversidade

sertaneja, dando visibilidade a povos originários, quilombolas, comunidades das águas e das florestas. Também ressalta o protagonismo das mulheres, a força da juventude e a presença dos movimentos populares organizados — MST, MPA, MAB, PJR, sindicatos rurais, ONGs — enfim, todo o universo de sujeitos que lutam pela transformação social no Semiárido.

Na dimensão climática e ambiental, o paradigma da Convivência rompe com o velho determinismo geográfico — visão arcaico-liberal do século XVIII que tratava o clima como destino imutável. Em vez disso, reconhece o clima como dado natural, que desafia ciência e tecnologia a organizar a vida em harmonia com o ambiente, e não contra ele. Nessa mesma lógica, resgata e valoriza o bioma Caatinga como patrimônio rico e singular, cheio de possibilidades quando preservado. E, por fim, reforça a diversidade cultural dos povos do Semiárido, transformando-a em ferramenta de consciência protagonista e transformadora — rumo a um futuro socialmente justo, ambientalmente sustentável e culturalmente inclusivo.

Convivência é resistência e futuro

Todas essas dimensões do paradigma da Convivência exigem, no Semiárido, uma Educação Contextualizada para viver bem nesse território. É preciso formar uma consciência social e coletiva capaz de transformar a região — ainda marcada por alta concentração fundiária, enormes desigualdades e graves processos de destruição ambiental — em um Semiárido do bem-viver, da igualdade e da justiça.

Na mesma linha, a convivência exige ações permanentes de combate à desertificação, recuperação de áreas degradadas e valorização da Caatinga como ativo econômico, social e cultural fundamental. É preciso também aproveitar as vantagens comparativas do território para a produção de energias limpas e renováveis. Mas tudo isso deve-se dar sem sacrificar a vida humana e animal, como acontece hoje, quando a lógica do capital se impõe sobre a lógica da vida.

Para Saber Mais

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

———. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro — pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Os impactos socioambientais das políticas de combate às secas na Paraíba**. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Contracorrente, 2019.

GUERRA, Lúcia de Fátima. **As origens da Indústria da Seca**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MUSEU DA NATUREZA. Coronel José Dias, Piauí.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

———. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.